



Anais do Congresso Brasileiro de Psicoterapias Corporais

28º Congresso · 2025 · ISBN 978-65-89012-06-1

Transtorno do espectro autista e a psicologia corporal

A neurodiversidade como resposta às repressões sociais

Autism spectrum disorder and body psychology

Luciane Costa Rabelo (1); Sandra Mara Volpi (2)

(1) Centro Reichiano · Belo Horizonte-MG · Brasil

(2) Centro Reichiano · Curitiba-PR · Brasil

Resumo

Este artigo propõe uma nova perspectiva sobre o Transtorno do Espectro Autista (TEA), considerando-o não como um distúrbio, mas como uma adaptação a um ambiente que reprime impulsos naturais e a expressão emocional. Fundamentado nas teorias de Wilhelm Reich, discute a importância do contato genuíno no desenvolvimento humano e como sua ausência pode impactar a autorregulação emocional e a saúde.

Palavras-chave: Contato; Emoções; Energia vital; Impulso primário; Repressão.

Abstract

This article proposes a new perspective on Autism Spectrum Disorder (ASD), considering it not as a disorder but as an adaptation to an environment that represses natural impulses and emotional expression. Grounded in Wilhelm Reich's theories, it discusses the importance of genuine contact in human development and how its absence may impact emotional self-regulation and health.

Keywords: Contact; Emotions; Vital energy; Primary impulse; Repression.

Introdução

Este artigo propõe uma nova perspectiva sobre o Transtorno do Espectro Autista (TEA), sugerindo que ele pode ser compreendido não como um distúrbio, mas como uma resposta adaptativa a um ambiente social que historicamente reprime os impulsos naturais e a expressão emocional autêntica. Inspirado nas teorias de Wilhelm Reich e abordagens convergentes, discutimos como a falta de contato genuíno – entendido aqui como a capacidade de sentir e expressar emoções, desejos e impulsos de forma espontânea, viva e integrada ao corpo – e a imposição de padrões normativos moldam o

desenvolvimento humano e levam a formas alternativas de adaptação, como o TEA.

Desde o nascimento, o ser humano depende do contato físico, emocional e energético para seu desenvolvimento. Quando esse contato é potente, promove segurança e pertencimento, possibilitando a construção de um ego equilibrado. Winnicott (1983), ao introduzir o conceito de ambiente “suficientemente bom”, destacou a importância da presença cuidadosa e responsiva para o amadurecimento emocional. Reich (1995), por sua vez, descreveu como essa base favorece a autorregulação natural do organismo, ou seja, a capacidade de equilibrar impulsos, afetos e tensões sem repressão. No entanto, em um ambiente onde as repressões são intensas, o organismo encontra formas de se reorganizar, o que pode se manifestar no TEA. Este transtorno pode ser visto não como uma falha, mas como uma adaptação resiliente a um mundo que minimiza ou distorce a conexão genuína, profunda e afetivamente significativa.

O TEA, assim como a estrutura de caráter que Reich (1989) descreveu como esquizofrênica, e que mais tarde foi reformulada por Lowen (1977) como esquizoide, pode ser interpretado como uma estratégia de adaptação a um ambiente que não favorece a autenticidade emocional. As características do TEA, como a busca por previsibilidade e o distanciamento afetivo, podem ser compreendidas como uma resposta ao caos e à complexidade do mundo exterior. Reich argumentava que o distanciamento emocional surgia como defesa frente à repressão de impulsos naturais — o que ressoa com algumas manifestações do espectro autista. Importa esclarecer que, neste artigo, utilizamos o termo “estrutura esquizoide” no sentido da psicoterapia corporal, tal como desenvolvido por Lowen (1977), e não nos referimos aos diagnósticos de transtorno de personalidade esquizoide ou esquizofrenia definidos pelo Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5,2014). A esquizoidia aqui mencionada não é uma psicopatologia, mas uma organização de caráter que se estrutura precocemente diante da insuficiência de experiências de contato integradoras e sustentadoras do self.

Este artigo propõe uma reflexão sobre como o TEA, dentro do campo da neurodiversidade, pode ser compreendido como uma expressão adaptativa frente aos desafios de uma sociedade que distorce as necessidades humanas mais básicas. Ao considerar o TEA como uma adaptação legítima, abrimos espaço para uma nova compreensão do ser humano, onde as diferenças são reconhecidas como formas de existir e de se autorregular em um mundo em constante transformação.

O contato como fundamento do desenvolvimento

Reich (1989) destaca que o corpo é o primeiro ambiente do ser humano, onde a vida se organiza antes mesmo do nascimento. No útero, o bebê já experimenta sensações táteis, movimentos rítmicos e variações de temperatura que influenciam sua percepção e desenvolvimento. Após o nascimento, o contato físico contínuo – por meio do toque, do colo e da amamentação – é fundamental para que a energia vital possa fluir livremente, estabelecendo uma base segura para a construção do self. A ausência desse contato pode levar à formação precoce de couraças musculares e emocionais, comprometendo a capacidade do indivíduo de se conectar consigo mesmo e com o mundo. Assim, compreender o corpo como o primeiro lar significa reconhecer que é nele que se estruturam os primeiros padrões de regulação emocional, segurança e pertencimento, aspectos essenciais para o desenvolvimento integrado, saudável.

Baker (1980) descreve que a livre circulação da energia vital no organismo possibilita o contato prazeroso com o corpo e o ambiente, permitindo a integração das sensações e emoções em uma experiência unificada de prazer e vitalidade. Quando há bloqueios, essa integração é comprometida, a percepção torna-se fragmentada, e surge uma sensação de frustração e estranhamento em relação a si mesmo. A ausência de contato ocorre quando forças repressoras e reprimidas se contrapõem, impedindo o fluxo energético e resultando em desvitalização, anestesia emocional e corporal, e desconexão do meio.

O contato orgonótico é o elemento mais essencial, experimental e emocional na inter-relação entre mãe e filho, particularmente na vida pré-natal e durante os primeiros dias e semanas de vida. O futuro da criança depende disso. Aparentemente é o núcleo do desenvolvimento emocional da criança recém nascida. (Reich, 2013, p. 99).

Reich (2013) enfatiza que o contato orgonótico entre mãe e bebê é crucial para o desenvolvimento saudável, permitindo à mãe entender e atender às necessidades emocionais do bebê. Se a mãe estiver encouraçada emocionalmente, terá dificuldades em interpretar essas necessidades, afetando o desenvolvimento emocional da criança.

Lowen (1990) complementa que esse contato inicial é essencial para o desenvolvimento do amor e da autorregulação emocional. Através do toque e acolhimento, o bebê aprende a processar suas emoções, criando uma base segura para regular-se emocionalmente ao longo da vida. Quando esse vínculo é ausente ou limitado, o indivíduo pode enfrentar dificuldades na regulação emocional e na expressão saudável do amor. Ainda segundo o autor, o desejo do bebê de ser abraçado e alimentado pela mãe é, em si, uma manifestação de amor, e não apenas de necessidade fisiológica. Esse contato, especialmente no ato da amamentação, representa uma das formas mais profundas de

conexão afetiva entre mãe e filho, constituindo a base sensível de onde emergem os sentimentos amorosos ao longo da vida.

Para Reich (1995), a autorregulação é a capacidade inata do organismo de lidar com o prazer, a dor e o desprazer, sem endurecer as emoções – isto é, sem recorrer a mecanismos de defesa que tornam a pessoa emocionalmente rígida, insensível ou distante como forma de proteção – e sem se fechar ao amor. Quando os impulsos naturais, como o afeto, são reprimidos, surgem bloqueios emocionais e neuroses, prejudicando a saúde emocional. A autorregulação, nesse sentido, é essencial para viver de forma plena e autêntica.

Reich (2013) também observa que as crianças, quando não são moldadas por repressões, brincam de forma livre e espontânea, expressando a autorregulação própria da vida saudável.

Contato físico e afetivo é essencial para sustentar essa vitalidade. No entanto, quando o ambiente é opressor e suas necessidades de contato são frustradas, as crianças podem desenvolver comportamentos dissimulados ou violentos, aprendendo a se proteger em vez de se conectar com sua espontaneidade e amor.

Se nenhum dano severo foi infligido no útero, o recém-nascido traz consigo toda a riqueza da plasticidade natural e do desenvolvimento. [...] Ele traz consigo um sistema energético enormemente produtivo e adaptável que, pelos seus próprios recursos, irá fazer contato com seu meio-ambiente e começará a modelar este ambiente de acordo com suas necessidades. A tarefa básica de toda educação, dirigida pelo interesse na criança e não por interesses partidários, de lucro, religiosos, etc., é remover todo obstáculo no caminho desta produtividade e plasticidade da energia biológica naturalmente dada. (Reich, 2013, p. 20).

Couraça e Repressão: o que nos afasta de nós mesmos?

Se o contato é a base do desenvolvimento saudável, sua ruptura não gera apenas lacunas emocionais: ela atravessa o ser, imprime-se na biologia e molda profundamente o organismo. A repressão dos impulsos naturais não afeta apenas a energia ou o comportamento – ela atinge o corpo, o sistema nervoso e a própria organização vital do indivíduo. A couraça surge, então, como uma resposta à necessidade de sobreviver em um ambiente que sufoca a espontaneidade, a autenticidade. Reich (1995) nos conduz a uma compreensão ainda mais radical: ao longo dos milênios, essa adaptação se cristalizou em estruturas de caráter rígidas, marcadas pelo isolamento, pela perda do prazer, pela hostilidade à vida e pela submissão a sistemas autoritários.

A estrutura do caráter do homem moderno, que reflete uma cultura patriarcal e autoritária de seis mil anos, é tipificada por um encouraçamento do caráter contra a sua própria natureza interior e contra a miséria social que o rodeia. Essa couraça do caráter é a base do isolamento, da indigência, do desejo de autoridade, do medo à responsabilidade, do anseio místico, da miséria sexual da revolta neuroticamente impotente, assim como de uma condescendência patológica. O homem alienou-se a si mesmo da vida, e cresceu hostil a ela.[...] O prazer natural do trabalho e da atividade tem sido substituído pelo dever compulsivo. A estrutura média da maioria das pessoas transformou-se em uma estrutura marcada pela impotência e pelo medo à vida. Essa estrutura distorcida não apenas constitui a base psicológica das ditaduras partidárias: torna possível a essas ditaduras o justificar-se evidenciando certas atitudes humanas como a irresponsabilidade e a infantilidade. (Reich, 1995, p. 16-17)

Em sua profunda análise da psique humana, Reich (1995) desenha um quadro sombrio da condição moderna, marcada por um sofrimento psíquico generalizado. A alienação, a rigidez da couraça caracterológica e a repressão das pulsões vitais são, segundo o autor, as raízes dessa angústia existencial que continua a moldar nossas experiências e relacionamentos, ecoando fortemente na sociedade contemporânea.

Para Volpi (2020), o ambiente social, através de suas instituições e normas, desempenha um papel crucial no desenvolvimento infantil, influenciando o comportamento dos pais, educadores, profissionais de saúde e da sociedade como um todo. Essas determinações externas impõem ritmos e regras que inibem a espontaneidade dos indivíduos, formando couraças e resultando em padrões rígidos de comportamento que limitam o potencial humano de desenvolvimento.

Todos os seres vivos possuem um ritmo orgânico de funcionamento próprio que precisa ser respeitado para que possa se desenvolver naturalmente. No entanto, a sociedade se impõe como potência reguladora essencial que dita regras morais e códigos, organiza sistemas matrimoniais e ritos de iniciação e mutilações como forma de assegurar a moral e os costumes. É a responsável pela couraça e aniquila a espontaneidade. (Volpi, 2020, p. 128).

A repressão dos impulsos naturais, descrita por Reich (1995) como uma das principais fontes de neuroses e sofrimento humano, impede a livre circulação da energia vital no organismo. Esse bloqueio energético compromete a capacidade de autorregulação e favorece a formação de couraças que limitam a expressão orgástica genuína. Como consequência, as emoções reprimidas deixam de ser adequadamente expressas, resultando em congelamento emocional, deterioração das relações interpessoais e no desenvolvimento de padrões de comportamento autodefensivos.

Reich (1989) descreve a resistência de caráter como uma formação defensiva que se manifesta no comportamento, influenciando aspectos como a fala, o modo de andar e as expressões corporais. Essa resistência atua como uma couraça, protegendo o indivíduo de experiências emocionais dolorosas e mantendo-se ativa ao longo do tempo, independentemente das circunstâncias. Formada a partir de defesas estabelecidas na infância, a resistência de caráter determina a maneira como a pessoa enfrenta desafios e se relaciona, repetindo padrões inconscientes. Ao proteger o ego, essa estrutura busca preservar um equilíbrio emocional, ainda que de forma disfuncional.

Esse processo de defesa está intimamente ligado à autorregulação, embora de forma secundária. Em sua função primária, a autorregulação visa manter o equilíbrio saudável do organismo, potencializando sua capacidade de expressar emoções de maneira plena, de moldar o ambiente e a si próprio para a preservação da saúde. No entanto, quando o ambiente se torna hostil ou a livre expressão se mostra inviável, a autorregulação adapta-se, recorrendo a mecanismos de defesa para assegurar uma forma mínima de equilíbrio psíquico, ainda que de modo neurótico. Nesse contexto, surgem padrões de comportamento que evitam o contato com o desconforto emocional. Embora essas adaptações possam ser funcionais em um primeiro momento, elas acabam por limitar o crescimento emocional e a conexão autêntica consigo mesmo e com os outros. Esse ciclo de resistência impede a plena expressão da verdadeira natureza do indivíduo.

A repressão de impulsos na educação familiar é evidente quando crianças são instruídas a conter suas emoções, com frases como “engole o choro” ou “menino não pode ter medo”. O choro, resposta natural à frustração, é silenciado em vez de acolhido, e a agressividade, parte do desenvolvimento saudável, é reprimida sem ensinar formas construtivas de expressá-la.

O controle rígido sobre o corpo infantil – como obrigar a criança a ficar sentada por longos períodos ou inibir suas manifestações de afeto – interfere profundamente em sua espontaneidade e vitalidade. Quando impulsos naturais, como a curiosidade, o movimento e a expressão emocional, são sistematicamente negados ou reprimidos, surgem dificuldades para a autorregulação e para o desenvolvimento de um contato genuíno consigo mesmo. A educação que desconsidera as necessidades corporais e afetivas tende a formar adultos inseguros, desconectados de seus próprios sentimentos e com dificuldade de confiar em seus desejos e percepções.

No entanto, será que toda forma diferente de adaptação ou expressão afetiva deve ser vista como um sinal de desconexão? Ou, em alguns casos, essas diferenças revelam apenas outras maneiras legítimas de estar no mundo? Essa questão é especialmente importante quando olhamos para modos de desenvolvimento considerados atípicos, como ocorre no TEA, onde a forma de contato com o ambiente e com as próprias emoções pode seguir caminhos diversos. Com essa perspectiva, torna-se possível compreender de maneira mais profunda como certas estruturas de caráter, como a esquizoide, podem se manifestar no contexto do TEA – e como a visão reichiana pode oferecer uma leitura mais integrada dessas expressões humanas.

O traço esquizóide no contexto do TEA: Uma perspectiva reichiana

O traço esquizoide de caráter tem suas raízes nas primeiras experiências de vida, inclusive no ambiente intrauterino. Boadella (1992) descreve que o desenvolvimento fetal é profundamente influenciado pelo meio, sendo a gestante a primeira mediadora do contato do bebê com o mundo. Quando o ambiente intrauterino é marcado por experiências de insegurança emocional – como tensões, medos, ou sobrecargas psíquicas vividas pela gestante –, é possível que o feto desenvolva padrões precoces de defesa, caracterizados por retração e dissociação. Essa forma de adaptação, ainda que funcional em um primeiro momento, pode se cristalizar em um traço esquizoide de caráter, que se manifestará futuramente em dificuldades no contato, na regulação emocional e na interação social.

O TEA é uma condição do neurodesenvolvimento caracterizada por uma ampla gama de manifestações que variam em intensidade e forma, refletindo a diversidade de experiências entre os indivíduos afetados. Segundo Bosa (2025), o TEA envolve desafios na comunicação social e na interação interpessoal, além de padrões de comportamento que podem ser restritos ou repetitivos. Essa condição pode se manifestar de diversas maneiras — desde dificuldades sutis em interpretar sinais sociais até desafios mais evidentes, como alterações na expressividade facial e na formação de vínculos afetivos (Souza, 2025). A identificação do TEA é realizada por meio da observação de comportamentos específicos, como dificuldades em manter conversas, ausência de reciprocidade emocional e presença de interesses intensos e focados (Lima, 2022). A designação de “espectro” é fundamental, pois reconhece que a condição não se expressa de forma uniforme, permitindo uma abordagem mais abrangente e inclusiva, que considera as variadas formas como o autismo se manifesta (Porges, 2022). Essa

compreensão é essencial para o desenvolvimento de intervenções que respeitem as necessidades específicas de cada indivíduo dentro do espectro, reconhecendo suas singularidades e potencialidades.

Do ponto de vista da Psicologia Corporal, o TEA pode ser compreendido como uma condição que se relaciona com desafios no contato e na expressão emocional. Reich (1989) descreveu a estrutura esquizoide (originalmente denominada por ele como “esquizofrênica” e posteriormente reformulada por Lowen, em 1977, como “esquizoide”) como marcada por afastamento afetivo e dificuldades na formação de vínculos – características que encontram paralelos em algumas manifestações do TEA. É importante ressaltar que tais observações não têm o intuito de traçar relações causais diretas, mas sim de refletir sobre formas de expressão psíquico-corporais que podem se sobrepor em diferentes contextos clínicos. O desenvolvimento do contato afetivo e da capacidade de autorregulação é influenciado por múltiplos fatores – genéticos, ambientais, relacionais e sociais – e não deve ser compreendido sob uma ótica reducionista ou culposa, especialmente em relação às figuras parentais.

Baker (1980) destaca a zona ocular como o primeiro ponto de contato do bebê com o mundo. O contato visual caloroso e responsivo é essencial para um desenvolvimento emocional saudável. Indivíduos com estrutura esquizoide frequentemente apresentam dificuldades nessa interação inicial, o que pode comprometer sua capacidade de estabelecer vínculos profundos ao longo da vida. Essa dificuldade também é observada em muitas pessoas autistas, que podem apresentar desafios com o contato visual e na comunicação afetiva.

Fisicamente, o traço esquizoide de caráter apresenta padrões corporais característicos, como tônus muscular fraco, tensão na região cervical e postura retraída — expressões de uma defesa contra o sofrimento emocional. Lowen (1993) sugere que essa rigidez corporal é uma resposta adaptativa a um ambiente emocionalmente hostil, funcionando como uma barreira de proteção entre o indivíduo e o mundo. Tal descrição também ressoa com alguns padrões motores e de regulação presentes em pessoas com TEA.

Neurociências e TEA: Uma abordagem de autorregulação

A Teoria Polivagal de Porges (2022) destaca a neurocepção, ou seja, a capacidade inconsciente do sistema nervoso de avaliar se o ambiente é seguro ou ameaçador. Quando essa capacidade é comprometida, como em indivíduos com Transtorno do Espectro

Autista (TEA), esquizofrenia, ansiedade ou depressão, surgem dificuldades na regulação emocional e no engajamento social. Pesquisas indicam que áreas do córtex temporal, responsáveis por inibir respostas de luta, fuga e congelamento, não funcionam adequadamente nesses casos, dificultando a interação social. Isso pode resultar em padrões defensivos, como retração ou hiperatividade emocional, que impedem a formação de vínculos afetivos seguros (Porges, 2022).

Segundo Porges (2022), o TEA está relacionado a um sistema de engajamento social deprimido, o que pode levar a dificuldades de comunicação, expressividade facial reduzida e problemas na regulação emocional. A Teoria Polivagal sugere que essas características podem ser moduladas a partir da neurocepção de segurança, promovendo estratégias de intervenção que incentivem o reenvolvimento social. Além disso, a autorregulação, vista como um produto do sistema nervoso, é desenvolvida por meio da correção, ou seja, interações mútuas e recíprocas que fortalecem a capacidade de lidar com novas situações de maneira autônoma.

Uma hipótese a ser explorada é que déficits na neurocepção possam ser a base do TEA, influenciando diretamente como essas pessoas percebem e reagem ao ambiente social. A resposta defensiva pode ser acionada de maneira imprecisa ou excessiva, dificultando a distinção entre interações seguras e ameaçadoras. Crianças ou adultos que cresceram em ambientes pouco responsivos ou assustadores podem desenvolver padrões de retração ou apego indiscriminado, como observado em transtornos afetivos reativos. Essa visão conecta-se com a teoria de Wilhelm Reich sobre as couraças emocionais e musculares, que surgem como respostas adaptativas a repressões e tensões do ambiente.

De acordo com Bowlby (2002), afetos e emoções são avaliações intuitivas sobre os próprios estados e desejos, bem como sobre as condições ambientais. Esses processos desempenham papel central na monitorização interna e na comunicação interpessoal, tanto de forma consciente quanto inconsciente. Sob essa ótica, o TEA pode ser compreendido como um conjunto de respostas adaptativas a um ambiente que não favorece a livre expressão emocional e o contato genuíno.

Ao refletir sobre o TEA como uma possível forma de adaptação ao ambiente social, torna-se necessário ampliar o questionamento sobre os próprios critérios que utilizamos para definir o que é “saudável”, “natural” e “normal” no desenvolvimento humano. Maté (2022) propõe que grande parte das doenças físicas e transtornos mentais da atualidade não são aberrações isoladas, mas respostas previsíveis a uma cultura estruturalmente tóxica. A

sociedade moderna, ao mesmo tempo em que exalta a saúde e o bem-estar como ideais, produz níveis cada vez maiores de estresse crônico, desconexão emocional, isolamento social e desigualdade. Esses fatores, segundo Maté (2022), configuram um ambiente hostil ao florescimento humano, onde a adaptação a padrões doentios é frequentemente vista como “normalidade”.

Assim, o conceito de “normal” deixa de ser um parâmetro confiável para mensurar a saúde. Maté (2022) argumenta que aquilo que hoje aceitamos como normal – estresse constante, ansiedade generalizada, desconexão afetiva – é, na realidade, profundamente anormal em termos das necessidades básicas do ser humano. A saúde, portanto, não pode ser pensada apenas como adaptação bem-sucedida a um sistema adoecido, mas como a preservação da vitalidade e do contato genuíno com a própria natureza humana.

Essa reflexão nos leva a levantar a hipótese de que manifestações como o TEA, por não serem falhas biológicas, podem ser compreendidas como formas alternativas de autorregulação em um contexto adverso. Questionar o mito da normalidade, portanto, é fundamental para desenvolver novas formas de compreender a neurodiversidade, o sofrimento humano e a saúde de maneira mais integral.

Muito daquilo que se considera normal hoje não é nem saudável nem natural, e corresponder aos critérios de normalidade da sociedade moderna significa, sob muitos aspectos, conformar-se a exigências profundamente anormais no que tange às necessidades que a natureza nos deu. (Maté, 2022, p. 17).

Essa crítica à normalidade tóxica encontra eco nas observações de Reich, que, décadas antes, já refletia sobre como o ser humano cria defesas que se perpetuam socialmente. Para Reich, o ser humano desenvolve uma “couraça” – espécie de armadura emocional e corporal – como defesa contra um mundo que ameaça sua vitalidade. As couraças, como já discutido, dão origem às estruturas de caráter – formas adaptativas de defesa que se enraízam no corpo, na personalidade e na cultura. Ela não permanece apenas no indivíduo: é transmitida de geração em geração, moldando hábitos, valores e modos de vida.

No cotidiano, vemos isso em pequenos gestos: uma criança que aprende a esconder seu medo para “não dar trabalho”, um adolescente que sufoca suas lágrimas para ser aceito pelos colegas, um adulto que acredita que viver sob constante pressão é apenas “parte da vida”. Também podemos perceber essa dinâmica na valorização excessiva do pensamento racional em detrimento do sentir: ainda hoje, expressar emoções é muitas vezes visto

como sinal de fraqueza, enquanto a lógica e o autocontrole são exaltados como virtudes superiores.

Essas formas de adaptação, ensinadas e repetidas, criam uma cultura onde o sofrimento e a desconexão emocional se tornam invisíveis e até mesmo esperados. Se pensarmos dessa forma, podemos levantar a hipótese de que muito do que tomamos como natural ou saudável hoje é, na verdade, o resultado de uma longa história de adaptação ao sofrimento. O que chamamos de normalidade pode refletir, não a saúde, mas a necessidade de se encaixar em um ambiente que nos afastou da nossa própria natureza. Essa reflexão nos convida a questionar: será que estamos mesmo saudáveis, ou apenas adaptados ao que nos adoece?

Nessa perspectiva, os sintomas observados em pessoas com TEA não devem ser imediatamente interpretados como disfunções, mas como modos de funcionamento que carregam em si uma tentativa de autorregulação frente a um ambiente adverso.

Psicologia Corporal: Intervenções para o TEA

A Psicologia Corporal de Wilhelm Reich, ao mostrar que bloqueios psíquicos e físicos derivam da repressão dos impulsos naturais e da perda do contato genuíno, deu origem a abordagens como Bioenergética, Vegetoterapia e Biossíntese e outras, que visam dissolver a couraça e restaurar o fluxo energético. Essas técnicas, aliadas aos avanços da neurociência, têm se mostrado eficazes no tratamento do Transtorno do Espectro Autista (TEA), facilitando a reconexão com o corpo e promovendo o contato e a expressão autêntica, embora sua aplicação precise ser adaptada às necessidades individuais de cada paciente.

O diagnóstico inicial do TEA deve considerar características individuais, como dificuldades de comunicação, sensibilidade sensorial e aspectos motores. A análise psicodinâmica pode ajudar a identificar bloqueios emocionais e corporais, orientando intervenções mais adequadas. Pacientes com hipersensibilidade sensorial podem se beneficiar de toques sutis e movimentos suaves, enquanto aqueles com hipossensibilidade podem precisar de estímulos mais intensos para ampliar a percepção corporal. Além disso, muitas vezes, as dificuldades na expressão emocional não se restringem à comunicação verbal, mas envolvem também a dificuldade em perceber e reconhecer as próprias emoções. Nesses casos, a Psicoterapia pode focar na ampliação da consciência corporal, explorando tensões musculares e padrões respiratórios como formas iniciais de

acessar e organizar estados internos.

O uso de actings deve ser ajustado à capacidade do paciente de reagir a estímulos, respeitando seus limites e preparando o corpo para uma expressão mais espontânea. Esses movimentos, como posturas, respiração e toques, não são aleatórios, mas orientados conforme a análise da estrutura caracterológica do paciente.

Em particular, o traço esquizoide de caráter, frequentemente observada no contexto do TEA, apresenta desafios específicos relacionados à capacidade de contato – especialmente ao que Reich (1995) e Lowen (1977) denominaram de contato genuíno: uma forma de presença que envolve percepção sensorial, trocas afetivas vivas e integração entre impulso e expressão. Trata-se de um contato que se estabelece quando o organismo está suficientemente seguro para se abrir ao outro e ao ambiente, de modo espontâneo e sensível. A ausência ou fragilidade dessa qualidade de contato pode se expressar, corporalmente, como tensões crônicas nos olhos, ouvidos, sistema olfativo e na musculatura do crânio; em níveis mais profundos, pode envolver o próprio encéfalo e gerar sintomas como desatenção, desorientação, tonturas, dores de cabeça ou sensações de vazio. Também pode haver dispersão perceptiva e alterações na integração sensório-motora e na organização postural do corpo – o que quer dizer que o corpo pode apresentar dificuldades em sentir, se movimentar e se posicionar de forma integrada, o que afeta a forma como a pessoa percebe a si mesma e se relaciona com o mundo ao redor. Esses aspectos que, na Psicologia corporal, são lidos como reorganizações defensivas e exigem uma escuta terapêutica sutil e cuidadosa.

É importante lembrar que, segundo Reich (1995), a estrutura de caráter é uma forma de adaptação do organismo às experiências repressoras vividas desde os primeiros estágios do desenvolvimento. Nesse sentido, os traços esquizoides observados na estrutura de caráter – como o distanciamento, a fragmentação e a dificuldade de manter o contato vivo com o meio – não são falhas, mas soluções funcionais construídas para sobreviver e manter alguma forma de autorregulação diante de vínculos que, muitas vezes, ameaçaram a integridade do self.

No entanto, ao propor essa leitura, cabe também um questionamento ético e teórico: será que essa “falta de contato” deve ser compreendida como ausência de uma capacidade esperada – ou como a manifestação de uma forma distinta e legítima de autorregulação? A dificuldade no contato ocular, por exemplo, frequentemente apontada como evidência de desconexão, não poderia ser interpretada como um modo de preservar o próprio

sistema diante de um ambiente percebido como invasivo ou incoerente? Como convida Maté (2022), talvez o que esteja em jogo seja o próprio mito do normal – a expectativa de que todas as expressões humanas devam se alinhar a um ideal hipotético de funcionamento saudável, natural e desejável. Sob essa perspectiva, o “contato genuíno” poderia ser repensado não como um único padrão a ser alcançado, mas como uma qualidade relacional que assume formas diversas, moldadas pela história, pela biologia e pelo ambiente emocional de cada sujeito.

Essa problematização reforça a proposta central deste trabalho: investigar o TEA como uma adaptação funcional, e não como uma falha em relação a um modelo normativo. Em vez de definir o que está ausente no contato com base em uma régua neurotípica, talvez possamos nos perguntar como esse contato se expressa em outras formas – mais sutis, não convencionais, mas ainda assim legítimas. A escuta clínica, nesse cenário, ganha o papel de testemunhar não só o sofrimento, mas também a inteligência das formas alternativas de existir e se relacionar com o mundo.

O terapeuta deve manter como foco constante a sustentação e o fortalecimento do contato, utilizando recursos como o trabalho com o olhar, a presença corporal e o enraizamento no aqui e agora. No caso de pacientes com TEA – especialmente aqueles cuja estrutura apresenta retraimento mais acentuado –, o holding terapêutico, no sentido proposto por Winnicott (1983), deve ser construído de forma cuidadosa e progressiva. Mais do que aplicar técnicas, trata-se de oferecer uma presença confiável e contínua, capaz de sustentar o campo relacional até que o organismo, aos poucos, possa se abrir com segurança. Nesse processo, a escuta do terapeuta é fundamental: é o corpo do paciente que orienta o caminho. A intensidade dos estímulos, as intervenções e até mesmo o ritmo das sessões precisam ser constantemente ajustados, não com base em expectativas externas, mas a partir da sensibilidade diante do que se manifesta – expressa ou silenciosamente – no campo da relação. Ao reconhecer os limites sem forçá-los, o terapeuta convida o paciente a conduzir, mesmo que de forma inconsciente, a trilha do próprio processo. Essa escuta respeitosa, que acolhe as pausas, os recuos e as sutilezas do contato, é o que permite que, gradualmente, as camadas de tensão possam se dissolver e a vitalidade retome seu fluxo mais livre.

Outro aspecto importante é a percepção interna da energia vital pulsante, um conceito reichiano conhecido como sensação de órgão. Nesse processo, David Boadella (1992) introduz o conceito de ressonância, que amplia a compreensão da relação terapêutica. A

ressonância ocorre quando o terapeuta se sintoniza com os estados emocionais e corporais do paciente, permitindo uma comunicação mais profunda. Para pacientes com TEA, especialmente aqueles com dificuldades em sentir o próprio corpo ou com distúrbios sensoriais, trabalhar essa percepção é essencial para restaurar o fluxo energético e a espontaneidade emocional.

Dessa forma, a terapia auxilia na reconexão com o corpo, na expressão emocional e no desenvolvimento de uma vida mais integrada e saudável.

Considerações Finais

Ao longo deste artigo, buscamos refletir sobre as complexas relações entre as repressões sociais, o desenvolvimento humano e a neurodiversidade. Wilhelm Reich, em sua análise do ser humano, nos apresenta uma visão profundamente libertadora, ao nos convidar a olhar além das camadas de couraça e condicionamento para acessar um potencial humano genuíno e essencialmente bom. Para ele, proteger a força vital das crianças implicaria permitir que cada uma encontrasse seu próprio caminho, livre das amarras impostas por normas sociais, sistemas educacionais rígidos e expectativas insensíveis ao desenvolvimento natural.

E se, em vez de reprimirmos, liberássemos a essência autêntica que há em nós? Ser orgasticamente potente, como propõe Reich (1995), não significa apenas viver sem limitações, mas entregar-se plenamente à vida, com corpo, afeto e pulsação. No entanto, em um mundo marcado por repressões sociais, violência e traumas transgeracionais, o caminho para essa entrega se torna desafiador. O que ocorre quando crescemos em ambientes que interrompem o contato e bloqueiam nossos impulsos naturais? Como isso molda nossas identidades, nossos vínculos, nossa forma de existir?

Nesse contexto, a neurodiversidade - representada aqui neste artigo, em especial, pelo TEA - pode ser compreendida como uma resposta adaptativa frente a esses desafios. E se aquilo que classificamos como "dificuldade" ou "déficit" for, na verdade, uma estratégia legítima de autorregulação diante de um ambiente que não favorece a livre expressão do ser? Comportamentos como o distanciamento ou a busca por padrões repetitivos, frequentemente observados no TEA, podem ser entendidos como tentativas genuínas de preservação da integridade, num mundo que historicamente rejeita a espontaneidade e a diversidade de funcionamento.

A importância do contato genuíno nos lembra que, quando ele é negado, distorcido ou reprimido, os efeitos não se restringem ao campo relacional: atravessam o corpo, a mente e a organização vital do indivíduo. A Neurociência reforça a centralidade dessas conexões no desenvolvimento humano, e o comportamento adaptativo no TEA nos convida a questionar os parâmetros que definem o que é “normal” ou “saudável” ou “natural”. Ao tentar enquadrar todos em um mesmo molde, a sociedade corre o risco de ignorar respostas profundamente valiosas que emergem da diversidade neurofuncional - e também de se afastar da compreensão do seu próprio funcionamento.

Compreender o TEA à luz da Psicologia Corporal reichiana amplia o debate sobre a neurodiversidade, afastando visões reducionistas e patologizantes. Em vez de buscar normalizar comportamentos, o desafio está em criar espaços terapêuticos que favoreçam o contato, acolham a singularidade e apoiem a autonomia expressiva de cada ser. O convite, portanto, é por mais escuta e menos enquadre, por mais vínculo e menos adaptação forçada.

Para mim, permanece vivo o “chamado” reichiano para sermos, também nós, revolucionários: pensar fora da caixa, ir além da couraça, sentir com o corpo inteiro. Diante da onipresença de códigos sociais sobre o que é saudável - códigos que classificam, separam e excluem - talvez nossa tarefa, como terapeutas e pesquisadores, seja justamente questionar esses discursos e abrir espaço para outras formas de existir.

Quando classificamos algo como falha, tendemos a descartá-lo, a neutralizá-lo, a impedir que se revele em sua potência. Neste trabalho, o convite é outro: aprofundar, explorar, conhecer. É sustentar o olhar aberto diante do que nos escapa, do que não se encaixa, do que exige de nós uma escuta mais sensível e menos apressada. Em vez de encurtar o contato com diagnósticos rígidos, talvez possamos ampliá-lo com curiosidade, presença e respeito às diferentes formas de ser e de se relacionar. Mais do que simples curiosidade, é uma pesquisa constante, um olhar mais amplo que transcende os limites da Biologia, Sociologia, Psicologia, Medicina e Filosofia, como fez Reich, buscando integrar essas dimensões de maneira que nos permita entender o ser humano em sua totalidade. Ao invés de fragmentar, que possamos unir esses saberes em um movimento de libertação, onde cada ser é visto em sua potência e autenticidade, e onde as respostas que buscamos não são padronizadas, mas respeitosamente acolhidas na sua singularidade.

Não se trata de “consertar” o outro, mas de sustentar encontros possíveis, potentes - onde o contato, ainda que diferente, seja genuíno. Onde o cuidado não normalize, mas

legítima. Onde, como Reich propôs, possamos nos aproximar mais da vida do que do controle.

Referências

BOWLBY, J. Apego. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

BAKER, E. O labirinto humano. São Paulo: Summus, 1980.

BOADELLA, D. Correntes da vida. São Paulo: Summus, 1992.

BOSA, I. Diagnosticando o transtorno autista: aspectos fundamentais e considerações diagnósticas. *Psicol., Ciênc. Prof.*, Brasília, v. 29, n. 1, 2009. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pcp/a/RP6tV9RTtbLNF9fnqvrMVXk/?utm_source=chatgpt.com.

Acesso em: 05/01/2025.

MATÉ, G. O mito do normal: trauma, saúde e cura em um mundo doente. Rio de Janeiro: Sextante, 2022.

LIMA, T. Transtorno do espectro autista: concepção atual e multidisciplinar na saúde. São Paulo: Ampla, 2022.

LOWEN, A. Amor, sexo e seu coração. São Paulo: Summus, 1990.

LOWEN, A. O corpo em terapia: a abordagem bioenergética. São Paulo: Summus, 1977.

LOWEN, A. O corpo traído. São Paulo: Summus, 1993.

PORGES, S. W. Teoria Polivagal. Rio de Janeiro: Senses, 2022.

REICH, W. Análise do caráter. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

REICH, W. A Função do orgasmo. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

REICH, W. Children of the future: on the prevention of sexual pathology. New York: Farrar, Strauss and Giroux, 1987. Tradução independente feita por José Henrique Volpi e Sandra Mara Volpi, Centro Reichiano: Curitiba, 2013.

SOUZA, R. Transtorno do espectro autista: Diagnóstico e intervenção psicopedagógica. *Rev. psicopedag.*, São Paulo, v. 41, n. 125, p. 350-365, maio-ago/2024. Disponível em:

[https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S0103-](https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S0103-84862024000200350&script=sci_arttext&utm_source=chatgpt.com)

[84862024000200350&script=sci_arttext&utm_source=chatgpt.com](https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S0103-84862024000200350&script=sci_arttext&utm_source=chatgpt.com). Acesso em:

05/01/2025.

VOLPI, J. H. Ecopsicologia Reichiana. Um olhar para as crianças do futuro. Curitiba: Centro Reichiano, 2020.

WINNICOTT, D. W. O ambiente e os processos de maturação: estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional. Porto Alegre: Artmed, 1983.

Credenciais dos autores

Luciane Costa Rabelo

Graduada em Psicologia, Faculdade Newton Paiva. Especialista em Psicologia Corporal, com habilitação para atuar como Psicoterapeuta e Analista Corporal de abordagem reichiana e bioenergética, pelo Centro Reichiano, Curitiba/PR. E-mail: lucianeccosta@gmail.com

Sandra Mara Volpi

Psicóloga (CRP-08/5348) (PUC-PR), Analista Bioenergética (CBT) e Supervisora em Análise Bioenergética (IABSP). Especialista em Psicoterapia Infantil (UTP). Psicopedagoga (CEP-Curitiba). Mestre em Tecnologia (UTFPR). Especialista em Acupuntura clássica e Método Ryodoraku (eletrodiagnóstico computadorizado de medição da energia dos meridianos do corpo) (IBRATE). Diretora do Centro Reichiano, Curitiba/PR. E-mail: sandra@centroreichiano.com.br

Como citar este trabalho

RABELO, Luciane Costa; VOLPI, Sandra Mara. Transtorno do espectro autista e a psicologia corporal. In: Congresso Brasileiro de Psicoterapias Corporais, 28, 2025. Curitiba: Centro Reichiano. ISBN 978-65-89012-06-1. Disponível em: <https://centroreichiano.com.br/anais/transtorno-do-espectro-autista-e-a-psicologia-corporal/>. Acesso em: 06/06/2026.